



## Relatório e Contas 2013



## Índice

<b>04</b>	<b>Principais Indicadores</b>
<b>05</b>	<b>Mensagem do Presidente</b>
<b>06</b>	<b>Órgãos Sociais e Estrutura Accionista</b>
<b>08</b>	<b>Enquadramento Macroeconómico</b>
<b>14</b>	<b>O BCH</b>
<b>19</b>	<b>Demonstrações Financeiras</b>
<b>24</b>	<b>Notas às Demonstrações Financeiras</b>
<b>54</b>	<b>Relatório do Auditor Externo</b>
<b>57</b>	<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>

## Principais Indicadores

	<b>Dez. 2013</b>	<b>Dez. 2012</b>
Activo total	4.057.647	3.155.660
Crédito a clientes	892.529	394.911
Depósitos de clientes	2.507.332	1.772.177
Produto bancário	556.861	136.329
Margem financeira	67.012	32.950
Resultado líquido	84.154	-901
Fundos próprios regulamentares	1.245.680	977.931
Rácio de solvabilidade	67,02%	57,04%
Rácio de transformação	35,60%	22,28%
Crédito vencido/crédito total	2,25%	0,43%
Provisões de crédito/crédito vencido	0,37%	1%
N.º balcões	3	2
N.º ATM	5	4
N.º colaboradores	26	21

Montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos.

## Mensagem do Presidente

O Banco Comercial do Huambo nasceu há três anos e, após este tempo de actividade comercial, sente-se satisfeito com os resultados obtidos.

Somos um banco muito jovem, mas a nossa juventude não se traduz num desejo de crescimento rápido e, quiçá, descontrolado. A solidez, no nosso ponto de vista, deverá andar aliada com a prudência.

No decorrer do ano de 2013, o Banco alcançou o *break-even* e, em 31 de Dezembro, o lucro cifrou-se em cerca de 84 milhões de kwanzas.

O BCH, Banco Comercial do Huambo, exerce a sua actividade mantendo, até ao momento, quatro balcões abertos ao público e, no decorrer do exercício de 2014, prevê abrir mais alguns balcões. Como referimos, a abertura de balcões, de acordo com os nossos princípios de gestão, deverá envolver a elaboração de um estudo de mercado realista e uma análise cuidada da concorrência. A prudência está sempre na base da nossa actuação, pois a “prudência de um banco traduz-se na segurança do cliente”.

Queremos crescer e fazer crescer os que acreditam e apostaram em nós, por isso concedemos créditos de modo a que criem, ampliem e inovem as suas pequenas e médias empresas.

Os principais rácios do BCH evidenciam uma satisfatória solidez financeira, o que indicia um crescimento seguro.

Aproveitamos, assim, para agradecer a todos os clientes a confiança que têm depositado no nosso Banco, a todos os colaboradores que, com empenho e profissionalismo, têm ajudado ao nosso crescimento e, também, ao BNA, que ajudou a trilhar o nosso caminho rumo a um futuro promissor.

Natalino Bastos Lavrador  
Presidente do Conselho de Administração



## **Órgãos Sociais e Estrutura Accionista**

## Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2013, a composição dos órgãos sociais era a seguinte:

---

### Mesa da Assembleia Geral

---

Presidente	Alexandra Teodora da Conceição Cruz Martins
Vice-Presidente	Maria Helena Miguel
Secretária Geral	Regina Luísa Lagos Fernandes dos Santos Nulli

---

---

### Conselho de Administração

---

Presidente	Natalino Bastos Lavrador
Administrador	Salim Abdul Valimamade
Administradora	Cristiana de Azevedo Neto Lavrador

---

---

### Conselho Fiscal

---

Presidente	UHY - A. Paredes & Associados - Angola
1º Vogal	Mário Silva Castelo Branco
2º Vogal	Miguel Francisco Luís Manuel

---

## Estrutura Accionista

A 31 de Dezembro de 2013, o capital do Banco Comercial do Huambo era detido por 5 accionistas, com a seguinte composição:

---

<b>Accionistas</b>	<b>Participação</b>
Natalino Bastos Lavrador	51,5%
Sebastião Bastos Lavrador	5,5%
Valdomiro Minoru Dondo	20%
António Mosquito	20%
Carlos Saturnino Guerra Sousa e Oliveira	3%

---



## Enquadramento Macroeconómico

## **Economia Mundial**

Em 2013, após a crise, a economia mundial manteve a tendência de declínio que se verificara no ano anterior, evidenciando um crescimento de cerca de 2,9%, sendo que, em 2012, ele tinha sido de 3,2%. O crescimento do PIB real foi decepcionante nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento e, por outro lado, as economias desenvolvidas mantiveram a estagnação, de acordo com as previsões.

As razões do fraco crescimento nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento são bastante diversas e estão na origem de estrangulamentos de capacidade e instabilidade, da queda dos preços das mercadorias, de fracas políticas de suporte ao crescimento e do reduzido financiamento externo.

A Zona Euro continuou em recessão em 2013, com níveis de cerca de -0,4%, mas com grandes disparidades no que respeita às taxas de crescimento de cada país da região. A Alemanha cresceu cerca de 0,5%, enquanto as economias do Sul da Europa continuaram, na sua maioria, em recessão. No entanto, perspectivam-se sinais positivos relativamente à recuperação da Zona Euro no decorrer de 2014.

As economias emergentes apresentaram um desempenho económico mais robusto, quando comparadas com as dos restantes blocos económicos, não obstante terem apresentado um decréscimo face a 2012. No entanto, apresentaram uma taxa de crescimento do PIB de 4,5%, com realce para as economias em desenvolvimento da Ásia e da África Subariana, que alcançaram um crescimento de 6,3% e 5%, respectivamente - valores idênticos aos registados em 2012.

## **Economia da África Subariana**

Apesar do ambiente económico depressivo registado em 2013, o crescimento na região da África Subariana evidenciou níveis muito satisfatórios, tendo atingido cerca de 4,9% em 2012 e 5,0% em 2013. As economias exportadoras de petróleo cresceram, em 2013, cerca de 7,0%, apesar dos conflitos internos na Guiné Equatorial. Na África do Sul, uma das economias mais sólidas desta região, o crescimento cifrou-se em 2% no decorrer de 2013, desempenho que foi afectado pela forte exposição às economias europeias. O crescimento destas regiões é notável, apesar das difíceis condições externas.

Tal como nos anos mais recentes, o principal factor de crescimento foi a procura interna (consumo crescente, investimento privado e investimento público em actividades produtivas), sendo a procura externa (suportada pelos baixos preços das matérias-primas) responsável pelo forte impulso à economia, através das exportações. O crescimento do comércio deve-se ao aumento da diversificação dos parceiros

comerciais, particularmente com a China. Tendo em conta o peso das matérias-primas nas suas exportações, a maior parte dos países da região, nomeadamente os exportadores de petróleo, beneficiou da estabilidade dos preços, no ano de 2013.

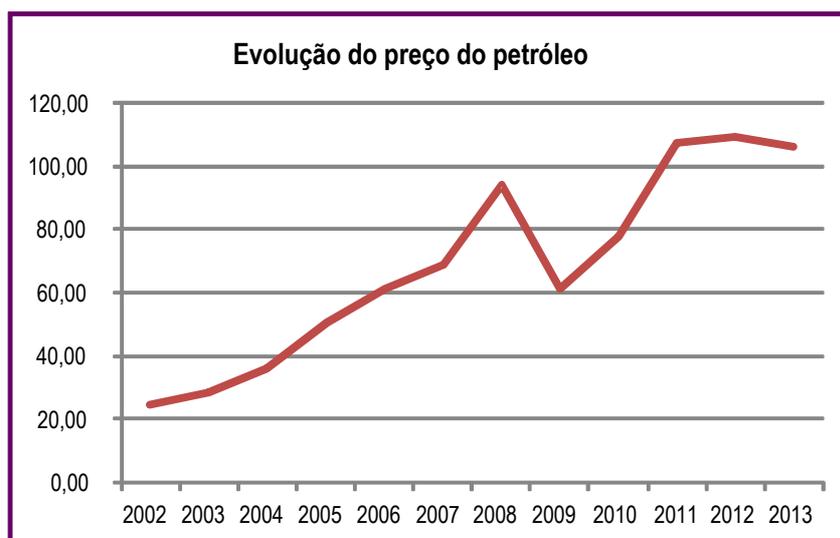
Prevê-se que, nos próximos anos, se mantenham os factores que contribuíram para o crescimento da economia da região: taxa aumentativa de crescimento dos investimentos, aumentos dos volumes de consumo e dinamização da exportação de novos minerais. Tais factores contribuirão para suportar o crescimento que o Fundo Mundial Internacional (FMI) prevê: cerca de 5,0% em 2013 e 6,0% em 2014.

### **Economia Angolana**

O ano de 2013 ficou marcado por três reformas institucionais significativas: a primeira diz respeito à adopção da nova lei cambial; a segunda refere-se ao lançamento do Fundo Soberano de Angola; e a terceira trata do pacote legislativo que requer a autorização do Ministério das Finanças para a execução de despesas de investimento. O desafio actual prende-se com a consolidação das políticas de investimento na reconstrução nacional, nomeadamente investindo no reforço das infra-estruturas públicas e potenciando o crescimento do sector da construção, através do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, que ambiciona a criação e solidificação de um tecido empresarial robusto e competitivo.

As últimas previsões do FMI apontavam para um crescimento de 5,6% do PIB em 2013, e de 6,3% em 2014.

No que diz respeito ao petróleo, a estimativa é de que a procura não se altere significativamente face ao ano anterior, aumentando de forma residual no decorrer de 2014, em consequência de uma fraca actividade global, com preços elevados, e do aumento da eficiência energética.



Fonte: OPEC  
Moeda: USD

Apesar do decréscimo dos preços do petróleo entre 2012 e 2013, constatou-se um aumento do volume das exportações, que contribuíram de forma significativa para o financiamento à economia.

Os restantes sectores evidenciaram um crescimento significativo sustentado graças aos projectos de infraestruturas públicas nos domínios da água, energia eléctrica e transportes. Na análise por sectores económicos, existe uma melhoria significativa das perspectivas no sector da Construção, Transportes e Turismo.

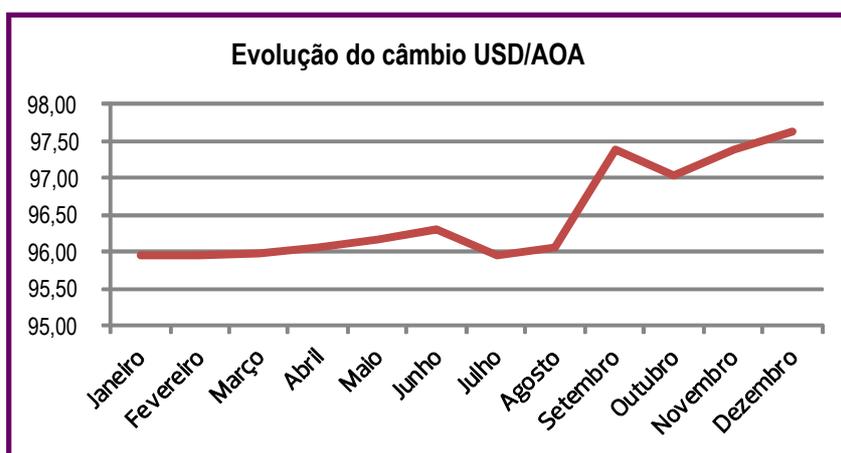
Para 2014, prevê-se um bom desempenho para a economia nacional, sendo que as prioridades do governo estão alinhadas com o Programa de Investimento Público (PIP) previsto para 2014, evidenciando a aposta na continuação de projectos estruturantes de prioridade nacional. As áreas de energia, água, saneamento básico, educação, saúde, plataformas logísticas, transportes e redes de frio são a grande aposta do executivo para que a economia possa produzir bens e serviços com vantagens competitivas.

As agências de notação financeira Moody's e Fitch classificam actualmente o *outlook* da dívida pública de Angola em positivo, devido a, essencialmente, três motivos:

1. a manutenção de perspectivas de crescimento positivas;
2. a perspectiva de continuação da acumulação de reservas, aumentando assim a margem de intervenção em caso de choque adverso;
3. as reformas estruturais implementadas no âmbito do acordo Stand-By.

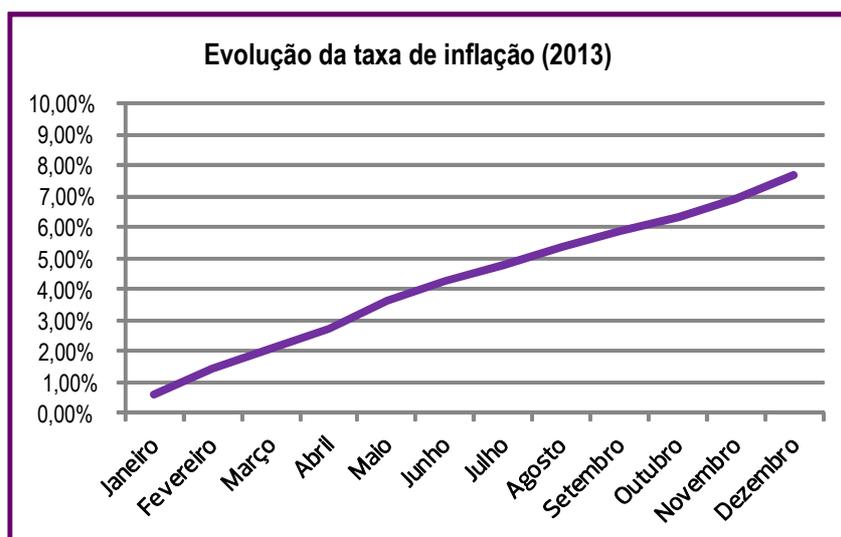
A política cambial desempenhada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e a acumulação de reservas permitiram uma adequada tomada da política monetária e cambial.

A adopção de uma política mais restritiva por parte do BNA contribuiu para a estabilização do valor do kwanza no decurso de 2013, o que permitiu uma redução generalizada das taxas de juro.



Fonte: Banco Nacional de Angola

Por outro lado, verificou-se uma redução da inflação, mantida abaixo dos dois dígitos, em consonância com os objectivos definidos no acordo celebrado com o FMI e, também, com a política restritiva assente numa gestão eficaz das reservas em moeda estrangeira.



Fonte: Banco Nacional de Angola

As vendas acumuladas de Bilhetes do Tesouro (BT) e de Títulos do Banco Central (TBC) foram utilizadas em larga escala pelo banco central, tendo em conta as taxas de crescimento dos depósitos.

As autoridades angolanas prosseguem esforços no sentido de diminuir a utilização de dólares norte-americanos na economia de modo a melhorar o mecanismo da política monetária. O aumento das restrições a empréstimos em moeda estrangeira concedidos a particulares, o desenvolvimento de um programa de redução da exposição dos bancos a moeda estrangeira e a nova lei cambial aplicável ao sector petrolífero são três medidas que contribuem para a progressiva diminuição da dolarização da economia.



## O BCH

## Estrutura Organizacional

O Conselho de Administração do Banco Comercial do Huambo (BCH) é composto pelo Presidente e por dois Administradores.



Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco Comercial do Huambo contava com 26 colaboradores distribuídos pelas diferentes áreas do banco, dos quais:

Direcção	2
Técnicos	17
Administrativos	7

A média etária dos colaboradores é de 30 anos e, a nível de formação académica, 84% dos colaboradores são licenciados ou frequentam a universidade.

## Principais Acontecimentos

### Março de 2009 – Constituição do Banco Comercial do Huambo

O Banco Nacional de Angola autoriza a constituição da instituição financeira bancária Banco Comercial do Huambo, SA, cuja sede social se localiza na cidade do Huambo.

#### Julho de 2010 – Abertura ao público do Banco Comercial do Huambo

O Banco Comercial do Huambo inaugura a sua sede e a sua primeira agência na cidade do Huambo. Esta primeira agência é contígua à sede, onde se localizam todos os serviços centrais do Banco.

O espaço projectado para a agência marcou a imagem do Banco pela originalidade da sua fachada e pelo conforto dos seus espaços interiores.

A abertura do Banco ao grande público foi de igual modo acompanhada pelo lançamento do *website* oficial do BCH na internet.

#### Outubro de 2011 – Aumento do capital social

Para fazer face ao plano de crescimento do Banco, os seus accionistas subscreveram e realizaram um aumento de capital.

#### Fevereiro de 2012 - Abertura de agência em Luanda

O BCH inaugura a sua primeira agência em Luanda. Com a abertura desta agência criou-se uma ponte entre as duas maiores cidades do país.

A abertura da primeira agência fora da província do Huambo coincidiu com o lançamento da nova imagem do Banco e a introdução dos serviços de *home banking*.

#### Fevereiro de 2013 - Aumento de capital social

O Banco Comercial do Huambo realizou mais um aumento de capital com o objectivo de assegurar um maior crescimento e se tornar num banco de referência em Angola.

#### Abril de 2013 - Abertura de posto da UCAN

Desde o seu lançamento que o BCH se assume como um parceiro dos seus clientes, um parceiro que sabe estar ao lado de quem precisa. Neste sentido, o Banco Comercial do Huambo abriu um posto dentro da UCAN (Universidade Católica de Angola).

## Análise Financeira

No ano de 2013, a componente de imobilizações representa uma proporção mais reduzida do activo, tendo em conta o crescimento das disponibilidades, com a captação de mais depósitos e aumento de capital:

Descrição	2013	2012	Varição
Disponibilidades	1.191.991	1.562.265	-23,70%
Aplicações de Liquidez	1.307.054	0	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	0	546.637	-100,00%
Créditos no Sistema Pagamentos	0	30.124	-100,00%
Créditos	889.201	392.055	126,81%
Outros Valores	187.216	54.711	242,19%
Activos por Impostos Diferidos	109.614	157.553	0,00%
Imobilizações	372.572	412.316	-9,64%
	<b>4.057.647</b>	<b>3.155.660</b>	<b>22,23%</b>

Montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos

A carteira de depósitos representou cerca de 91% do passivo, evidenciando um crescimento significativo face ao montante de depósitos captados no ano passado, o que demonstra uma crescente confiança dos clientes. As restantes obrigações decorrem, maioritariamente, das operações de investimento realizadas para dotar a instituição de um nível apreciável de operacionalidade:

Descrição	2013	2012	Varição
Depósitos	2.507.332	1.772.177	41,48%
Obrigações no Sistema de Pagamentos	6.128	13.407	-54,29%
Outras Obrigações	235.279	276.887	-15,03%
	<b>2.748.738</b>	<b>2.062.471</b>	<b>24,97%</b>

Montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos

Atendendo à fase de investimento em que o BCH se encontra, os custos administrativos, que integram fundamentalmente as despesas com remunerações de pessoal, as depreciações associadas ao imobilizado e ainda as despesas com outros fornecimentos, representam a maior componente dos custos.

No entanto, e apesar do curto período de existência do Banco, registou-se já um aumento considerável da margem financeira entre 2012 e 2013, devido, fundamentalmente, ao crescimento significativo dos proveitos com créditos e resultados cambiais, que superaram os custos com a remuneração dos depósitos de clientes.

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Varição</b>
Margem Financeira	67.012	32.950	103,37%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	99.093	46.068	115,10%
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	-32.081	-13.118	144,57%
Pessoal	-196.751	-90.028	118,54%
Fornecimentos de Terceiros	-180.610	-141.017	28,08%

Montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos

### Resultados e sua aplicação

O resultado líquido ascende a 84.154.092,88 kwanzas, que propomos que seja contabilizado por contrapartida em Resultados Transitados.



## **Demonstrações Financeiras**

## Balanço em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012

(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

	Notas	2013	2012
<b>ACTIVO</b>			
DISPONIBILIDADES	3	1.281.740	1.562.265
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ		1.307.054	0
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	0	546.637
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	5	0	30.124
CRÉDITOS	6	889.201	392.055
OUTROS VALORES	7	97.468	54.711
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		109.614	157.553
INVENTÁRIOS COMERCIAL E INDUSTRIAL E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		0	0
IMOBILIZAÇÕES	8	372.572	412.316
<b>Total Activo</b>		<b>4.057.647</b>	<b>3.155.660</b>
<b>PASSIVO</b>			
DEPÓSITOS	9	2.507.332	1.772.177
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		0	0
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	5	6.128	13.407
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10	235.279	276.887
<b>Total Passivo</b>		<b>2.748.738</b>	<b>2.062.471</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
CAPITAL SOCIAL	11	2.265.249	1.368.410
(-) CAPITAL A REALIZAR	11	-765.249	0
RESERVAS E FUNDOS	11	14.795	14.795
RESULTADOS TRANSITADOS	11	-290.040	-289.114
RESULTADO OPERACIONAL	11	78.807	-2.583
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11	5.347	1.682
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>1.308.909</b>	<b>1.093.189</b>
<b>Total Passivo + Cap. Próprio</b>		<b>4.057.647</b>	<b>3.155.660</b>

Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012  
(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

	Notas	2013	2012
<b>Margem Financeira</b>	<b>12</b>	<b>67.012</b>	<b>32.950</b>
<b>Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos</b>		<b>99.093</b>	<b>46.068</b>
Proveitos de Aplicações de Liquidez		27.147	2.649
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		7.602	20.676
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		0	0
Proveitos de Créditos		64.344	22.742
<b>(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos</b>	<b>12</b>	<b>-32.081</b>	<b>-13.118</b>
Custos de Depósitos		-32.048	-13.092
Custos de Captações para Liquidez		-33	-26
<b>Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo</b>		<b>0</b>	<b>27</b>
<b>Resultados de Operações Cambiais</b>	<b>12</b>	<b>302.480</b>	<b>63.743</b>
<b>Resultados de Prestação de Serviços Financeiros</b>	<b>12</b>	<b>187.370</b>	<b>39.608</b>
<b>(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de</b>		<b>-2.631</b>	<b>-826</b>
<b>RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</b>	<b>12</b>	<b>554.230</b>	<b>135.503</b>
<b>(-) Custos Administrativos e de Comercialização</b>		<b>-443.512</b>	<b>-303.829</b>
Pessoal	<b>13</b>	-196.751	-90.028
Fornecimentos de Terceiros	<b>14</b>	-180.610	-141.017
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		-77	-28
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		-284	-378
Outros Administrativos e de Comercialização		-1.811	-1.045
Depreciações e Amortizações	<b>8</b>	-63.979	-71.333
<b>(-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado de Imobilizações Financeiras</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Outros Custos e Proveitos Operacionais</b>	<b>16</b>	<b>16.027</b>	<b>8.191</b>
<b>OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>-427.484</b>	<b>-295.638</b>
<b>RESULTADO DA ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA PATRIMONIAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>126.745</b>	<b>-160.136</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>5.347</b>	<b>1.682</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS</b>		<b>132.093</b>	<b>-158.454</b>
<b>(-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE</b>		<b>-47.939</b>	<b>157.553</b>
<b>RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO</b>		<b>84.154</b>	<b>-901</b>
<b>(-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>84.154</b>	<b>-901</b>

Demonstração de mutações nos fundos próprios em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012  
(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS POTENCIAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	TOTAIS
<b>SALDOS INICIAIS</b>	1.368.410	14.795	0	-290.040	1.093.165
RECEBIMENTOS POR AUMENTOS DE CAPITAL	896839				896.839
APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			84.154	0	84.154
(-) CAPITAL A REALIZAR	-765.249				-765.249
<b>SALDOS FINAIS</b>	1.500.000	14.795	84.154	-290.040	1.308.909

## Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012

(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

Descrição	Notas	2013	2012
<b>Fluxo de Caixa da Margem Financeira</b>		<b>67.012</b>	<b>32.950</b>
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		99.093	46.068
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		27.147	2.649
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		7.602	20.676
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		0	0
Recebimentos de Proveitos de Créditos		64.344	22.742
(-) Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		-32.081	-13.118
Pagamentos de Custos de Depósitos		-32.048	-13.092
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-33	-26
<b>Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais</b>		<b>302.480</b>	<b>63.743</b>
<b>Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros</b>		<b>187.370</b>	<b>39.608</b>
<b>Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>556.861</b>	<b>136.302</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-441.163	-236.495
(-) Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado		0	0
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		22.845	0
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		16.027	8.191
<b>RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS OUTROS PROVEITOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>-402.291</b>	<b>-228.304</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES</b>		<b>154.571</b>	<b>-92.003</b>
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		-1.307.054	0
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		546.637	-419.752
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-513.987	-333.733
<b>FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>-1.274.404</b>	<b>-753.485</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		-46.799	-137.400
Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		0	235.281
<b>FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES</b>		<b>-46.799</b>	<b>97.881</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS</b>		<b>-1.321.203</b>	<b>-655.604</b>
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		754.517	1.117.091
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>754.517</b>	<b>1.117.091</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM MINORITÁRIOS</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Recebimentos por Aumentos de Capital		131.590	368.409
(-) Pagamentos por Reduções de Capital		0	0
(-) Pagamentos de Dividendos		0	0
Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria		0	0
(-) Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas de Próprias em Tesouraria		0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>131.590</b>	<b>368.409</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS</b>		<b>886.107</b>	<b>1.485.500</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>	<b>1.562.265</b>	<b>824.372</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>3</b>	<b>1.281.740</b>	<b>1.562.265</b>
<b>VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES</b>		<b>-280.525</b>	<b>737.893</b>



## **Notas às Demonstrações Financeiras**

Exercício de 31 de Dezembro de 2013 e em 2012  
(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

## 1. Nota Introdutória

Por escritura pública de 17 de Junho de 2009, foi constituído o **Banco Comercial do Huambo**, de agora em diante designado por “Banco” ou “BCH”. O BCH é um Banco regional com sede na cidade do Huambo e tem como objectivo a actividade bancária, apoiando as pequenas e médias empresas, contribuindo fortemente para o desenvolvimento socioeconómico da região e tendo subjacente a actividade económica agroindustrial. O início da actividade comercial do Banco ocorreu a 16 de Julho de 2010.

O BCH apoiará também os seus clientes na vertente de assistência técnica, desde a criação de uma empresa até à elaboração do estudo de viabilidade económico-financeira. Este apoio inovador no sistema financeiro angolano está disponível nas agências do Huambo e de Luanda.

No que se refere à estrutura accionista, conforme é referido na Nota 11, o Banco é detido por accionistas angolanos.

No cumprimento do referido no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (Contif) e das normas e instruções emanadas pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”) relativamente aos elementos para publicação oficial, detalhamos abaixo as notas explicativas e informações consideradas relevantes para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

## 2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

### 2.1 Comparabilidade da informação

Na preparação das Demonstrações Financeiras, são apresentados os montantes com referência ao período decorrido entre 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2013.

### 2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas neste relatório foram elaboradas com base nos livros e registos mantidos pelo Banco e são expressas em milhares de kwanzas (m. AKZ). Elas encontram-se em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade, nomeadamente o princípio da

continuidade, da prudência, da especialização dos exercícios, da substância sobre a forma, da consistência, da actualização monetária e uniformidade, e está de acordo com o Plano de Contas para o sector bancário (Contif) estabelecido pelo BNA, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro desse banco, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010; e na Directiva 04/DSI/2012, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das normas internacionais de contabilidade em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no Contif.

### 2.3 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, em 31 de Dezembro 2013, encontram-se expressas em milhares de kwanzas (m. AKZ), conforme o previsto no Aviso n.º 15/2007, art. 5.º do BNA, encontrando-se todos os activos e passivos denominados em moeda estrangeira, convertidos ao câmbio médio indicativo publicado pelo BNA na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2013, os câmbios face a AKZ das divisas a que o Banco se encontra mais exposto são os seguintes:

Moeda	2013	2012
USD	97,62	95,83
EUR	134,39	126,38

### 2.4 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras, e que têm sido consistentemente aplicadas desde o início de actividade do BCH, são as seguintes:

#### a. Especialização dos exercícios

O Banco reconhece os proveitos e os custos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem.

Os proveitos consideram-se realizados i) nas transacções com terceiros, quando o pagamento for efectuado ou quando for assumido firme compromisso de o efectivar; ii) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor

igual ou superior; iii) aquando da geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos: i) quando deixar de existir o correspondente valor do activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou iii) pelo surgimento de um passivo sem o correspondente activo.

#### **b. Provisão para riscos gerais de crédito**

A metodologia de apuramento das provisões para crédito concedido a clientes seguiu, em 2010 e em inícios de 2011, o previsto no Aviso n.º 4/2009, de 18 de Junho. Em 8 de Junho de 2011, o BNA publicou o Aviso n.º 4/2011, que revoga o Aviso n.º 4/2009 e que viria a ser substituído pelo aviso n.º 3/2012. Apesar de este Aviso manter as regras de provisionamento, ele veio colocar restrições à concessão de crédito em moeda estrangeira.

#### **c. Provisões para crédito e juros**

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A – Risco nulo

Nível B – Risco muito reduzido

Nível C – Risco reduzido

Nível D – Risco moderado

Nível E – Risco elevado

Nível F – Risco muito elevado

Nível G – Risco de perda

A classificação de cada operação de crédito será revista, no mínimo, anualmente, através de uma reavaliação dos critérios que determinaram a classificação inicial do cliente, tendo em conta os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com o Aviso n.º 3/2012.

Sem prejuízo da revisão descrita no artigo 4.º do referido Aviso, a instituição financeira revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do capital ou dos encargos, observando-se que a classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que vier a apresentar maior risco.

O crédito é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, de acordo com o Aviso n.º 3/2012, que prevê como níveis mínimos de provisionamento os seguintes, para créditos com prazo residual inferior a 24 meses:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de Provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	15 a 30 dias	1 a 2 meses	2 a 3 meses	3 a 5 meses	5 a 6 meses	> 6 meses

De acordo com o artigo 10.º do referido Aviso, para os créditos com prazo a decorrer superior a 24 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos para a revisão mensal, verificados no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

#### d. Imobilizações financeiras

##### Participações em Coligadas e Equiparadas

Nesta rubrica são consideradas as participações em sociedades nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem a controlar (empresa coligada ou equiparada).

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo que, no caso de participação relevante, o método de equivalência patrimonial é adoptado caso o Banco tenha influência na administração ou quando a percentagem de participação, directa ou indirecta, do Banco representar 20% ou mais do capital votante da coligada.

##### Participações em Outras Sociedades

Nesta rubrica são consideradas as participações em sociedades para as quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

#### e. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e, atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

- i. títulos para negociação;
- ii. títulos disponíveis para venda;
- iii. títulos mantidos até ao vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registados aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos disponíveis para venda”, encontram-se registados aqueles cujo propósito é serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias.

Na categoria “títulos mantidos até ao vencimento”, são registados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banco para os manter em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecções de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observando que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “títulos para negociação” e “disponíveis para venda” são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida:

- i. da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos para negociação”;
- ii. da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado de títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo Banco Nacional de Angola. As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos, sendo que as mesmas não serão revertidas em exercícios posteriores.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até ao vencimento são avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos, reconhecendo-se eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do resgate pela diferença entre o preço de resgate e o seu valor contabilístico.

#### **f. Créditos**

Os créditos são activos financeiros, sendo registados pelos valores contratados quando originados pelo Banco. O registo inicial é realizado a débito numa rubrica de crédito, dependendo da sua tipologia e moeda, sendo que a mesma é creditada de acordo com os respectivos recebimentos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

O crédito renegociado é registado pelo total do valor do crédito acrescido dos respectivos juros de mora. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação são registados aquando do seu efectivo recebimento.

Anualmente, o Banco abate ao activo os créditos classificados há mais de seis meses na Classe G, pela utilização da respectiva provisão (transferência do crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

De acordo com o Aviso 3/2012, o Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias e não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o cliente regularize a situação.

#### **g. Transacções em moeda estrangeira**

As operações de compra e venda de moeda estrangeira, quando liquidadas na data da sua contratação, são registadas nas contas patrimoniais do Banco. Caso a data de liquidação seja posterior à data de contratação, as mesmas são adicionalmente registadas em contas extrapatrimoniais.

As operações em moeda estrangeira são registadas nas respectivas moedas, de acordo com os princípios do sistema “multicurrency”, com base na taxa de câmbio de referência do dia da operação, divulgada pelo BNA. Os proveitos e os custos não realizados, decorrentes de operações activas e passivas indexadas à variação cambial, são registados nas contas representativas do proveito ou custo da aplicação ou captação efectuada.

As variações e diferenças de taxas relativas à compra e venda de moedas estrangeiras a liquidar ocorridas entre a data de contratação e de liquidação do contrato de câmbio são contabilizadas na conta Resultados de Operações Cambiais, por contrapartida da conta patrimonial de Proveitos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras a Receber ou Custos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras a Pagar, conforme seja aplicável.

#### h. Actualização monetária

As demonstrações financeiras considerarão os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e, em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos três anos, mediante correcção do valor contabilístico das contas de Imobilização e dos Fundos Próprios.

#### i. Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição e neste estão incluídas despesas incorridas com os custos de aquisição e desenvolvimento de software, utilizados em processamento de dados, os gastos inerentes à constituição, organização, reestruturação, expansão, e/ou modernização do Banco, as benfeitorias em imóveis de terceiros e os produtos em desenvolvimento classificáveis como activos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao seu custo de aquisição e neste estão incluídas, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Os bens imobilizados são apresentados líquidos das amortizações mensais acumuladas, sendo calculadas a partir da data efectiva de entrada em funcionamento do bem, segundo o método das quotas constantes, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, aos quais correspondem os seguintes anos de vida útil estimada:

<b>Descritivo</b>	<b>Nº de anos</b>
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	
Softwares	3
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	
Obras em edifícios arrendados	10
<b>Equipamento</b>	
Mobiliário e Material	10
Máquinas e ferramentas	6 e 7
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
<b>Transporte</b>	
Veículos automóveis	4

Os gastos incorridos na fase da pesquisa com o desenvolvimento de novos produtos não são reconhecidos como activos intangíveis mas directamente como custos em resultados.

#### **j. Provisões e contingências**

São reconhecidas provisões quando i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva; ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando o Banco tem i) uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sobre o controlo da Instituição e ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a instituição tenha de a liquidar ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com exactidão.

As contingências activas são reconhecidas em contas extrapatrimoniais quando um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, não esteja sob o controlo da Instituição.

#### **k. Imposto sobre os lucros**

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial à taxa de 35%, segundo a Lei n.º 5/99 de 6 de Agosto, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto acima referida.

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

#### **l. Redução no valor recuperável de activos (Imparidade)**

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceda o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade, o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- i. Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- ii. Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- iii. Aumento nas taxas de juro ou noutras taxas de mercado com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- iv. Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- v. Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- vi. Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- vii. Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

### 3. Disponibilidades

A rubrica de disponibilidade apresenta o seguinte detalhe:

<b>Disponibilidades</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Caixa	477.054	183.264
Disponibilidades no Banco Central	285.724	565.444
Disponibilidades em Instituições Financeiras	518.961	813.556
<b>Total</b>	<b>1.281.740</b>	<b>1.562.265</b>

O saldo da rubrica depósitos no Banco Central é constituído por depósitos à ordem em moeda nacional e moeda estrangeira, não sendo os mesmos remunerados, visando satisfazer as exigências de reservas mínimas obrigatórias do BNA e outras responsabilidades efectivas.

A 4 de Junho de 2010, entrou em vigor o Instrutivo n.º 3/2010 do BNA, que veio estabelecer que as reservas obrigatórias passassem a ser constituídas em duas moedas – AKZ, para as contas em AKZ que constituem a base de incidência, e USD, para as contas em moeda estrangeira que constituem a base de incidência.

Em 2013, o BNA emitiu o instrutivo n.º 3/2013 de 1 de Julho, definindo que as reservas a constituir em moeda nacional são de 15%, exceptuando os depósitos do Governo Local, sobre os quais recai uma taxa de 50%, e os do Governo Central, em que se aplica uma taxa de 100%.

As reservas em moeda estrangeira são igualmente de 15%, exceptuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 0%, e os do Governo Central, em que se aplica uma taxa de 100%.

Podem ainda ser utilizados para o cumprimento das reservas obrigatórias os activos representativos do valor dos desembolsos de crédito em moeda nacional e estrangeira que vierem a ser concedidos, no âmbito dos programas específicos dos sectores da Agricultura, Indústria e Habitação, até ao limite de 5% da base de incidência.

As disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro (em ME) englobam os saldos das contas junto dos bancos correspondentes, inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

#### 4. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, a rubrica apresenta o seguinte detalhe:

2013										
Títulos de Dívida	Nível de risco	País	Moeda	Valor Nominal	Custo Aquisição	Prémio/ Desconto Corrido	Juros Corridos	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa média
Títulos do Banco Central	A	Angola	Akz	0	0	0	-	0	0	0,00%
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
				<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

2012										
Títulos de Dívida	Nível de risco	País	Moeda	Valor Nominal	Custo Aquisição	Prémio/ Desconto Corrido	Juros Corridos	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa média
Títulos do Banco Central	A	Angola	Akz	550.000	541.629	5.007	-	546.637	0	5,06%
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>				<b>550.000</b>	<b>541.629</b>	<b>5.007</b>	<b>0</b>	<b>546.637</b>	<b>0</b>	

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, os títulos mantidos até ao vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

<b>Títulos de Dívida Detidos até à Maturidade</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Títulos do Banco Central</b>		
3 meses	0	296.739
6 meses	0	249.898
<b>Bilhetes do Tesouro</b>		
3 meses	-	-
6 meses	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>546.637</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

<b>Títulos de Dívida</b>	<b>Valor de Balanço</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>Taxa fixa</b>	<b>Taxa fixa</b>
Títulos do Banco Central	0	546.637
Bilhetes do Tesouro	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>546.637</b>

A Política de Investimento em títulos e valores mobiliários adoptada pelo BCH encontra-se adequada à realidade do mercado angolano, nomeadamente através das seguintes características:

- especial enfoque em títulos de dívida pública e do Banco Central;
- critérios centrados na rentabilidade;
- manutenção de controlos associados aos riscos de liquidez e de mercado.

## **5. Créditos e Obrigações no Sistema de Pagamentos**

Estas rubricas decompõem-se da seguinte forma:

<b>Créditos e Obrigações Sistema de Pagamentos</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Créditos no Sistema de Pagamentos	0	30.124
Obrigações no Sistema de Pagamentos	6.128	13.407

Os valores apresentados a 31 de Dezembro de 2013 referem-se a cheques visados, cheques bancários e cheques a pagar, cujos montantes serão regularizados em 2014.

## 6. Crédito sobre Clientes

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Créditos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Crédito Interno</b>		
<b>Conta Corrente</b>		
Moeda Nacional	338.831	249.362
Moeda Estrangeiro	0	0
<b>Adiantamento de Depósitos</b>		
Moeda Nacional	878	3.167
Moeda Estrangeiro	1	0
<b>Empréstimos</b>		
Moeda Nacional	551.997	140.420
Moeda Estrangeiro	823	1.961
<b>Total Crédito Bruto</b>	<b>892.529</b>	<b>394.911</b>
<b>Provisão para Crédito</b>	<b>-3.328</b>	<b>-2.856</b>
<b>Crédito a Clientes Líquido</b>	<b>889.201</b>	<b>392.055</b>

A 31 de Dezembro de 2013, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 15,56% para o crédito concedido em moeda nacional, e de 7,31% para o crédito concedido em moeda estrangeira:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Taxa média anual de concessão de crédito a clientes AKZ	15,64%	18,83%
Taxa média anual de concessão de crédito a clientes USD	7,31%	12,21%

A 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, o prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até um ano	344.350	4.152
De um a três anos	169.002	262.118
De três a cinco anos	40.010	23.481
Mais de cinco anos	335.633	87.890
<b>Total</b>	<b>888.996</b>	<b>377.640</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador:

	2013	%	2012	%
Empresas	661.566	74%	276.627	73%
Particulares	227.430	26%	101.014	27%
<b>Total</b>	<b>888.996</b>	<b>100%</b>	<b>377.640</b>	<b>100%</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, o detalhe do crédito por moeda, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2013	2012
Kwanzas	888.172	375.681
Dólares dos Estados Unidos	823	1.960
<b>Total</b>	<b>888.995</b>	<b>377.640</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Ano	Taxa fixa	Taxa variável - Indexantes			Total
		Luibor 3M	Luibor 6M	Luibor 12M	
2013	43.024	16.402	112.013	717.557	888.996
2012	215.879	-	-	161.761	377.640

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, a composição da carteira de crédito e garantias por sectores de actividade económica, é a seguinte:

	2013				2012			
	Crédito	Garantias prest.	Total	%	Crédito	Garantias prest.	Total	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	1.071	-	1.071	0,12%	2.183	-	2.183	0,53%
Comércio a Retalho	2.398	-	2.398	0,26%	18.027	32.900	50.927	12,40%
Comércio por Grosso	265.629	34.157	299.786	32,47%	17.732	-	17.732	4,32%
Indústria Transformadora	4.998	-	4.998	0,54%	2.309	-	2.309	0,56%
Outras empresas de serviços	386.753	-	386.753	41,89%	239.242	-	239.242	58,27%
Particulares	228.147	-	228.147	24,71%	98.148	-	98.148	23,91%
<b>Total</b>	<b>888.996</b>	<b>34.157</b>	<b>923.153</b>	<b>100,00%</b>	<b>377.640</b>	<b>32.900</b>	<b>410.540</b>	<b>100,00%</b>

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012:

	2013			2012		
	Crédito	Taxa de provisão Média	Provisão	Crédito	Taxa de provisão Média	Provisão
Classe A	686.982	0%	0	298.486	0%	0
Classe B	146.945	1%	1.398	53.092	1%	528
Classe C	36.939	3%	1.036	22.820	3%	841
Classe D	1	10%	0	12	10%	0
Classe E	1.393	20%	279	1.971	20%	596
Classe F	2.583	50%	547	1.231	50%	862
Classe G	14.153	100%	69	29	100%	29
<b>Total</b>	<b>888.996</b>		<b>3.328</b>	<b>377.640</b>		<b>2.856</b>

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2012 e 2013, em valor nominal e percentagem, é apresentado como segue:

Valor Nominal 2012 Nível de Risco	Dezembro 13							Liquidações	Amortizações	Abatidos ao Activo	Total 2012	Carteira em 2012
	A	B	C	D	E	F	G					
<b>A</b>	76.345	-	-	-	-	-	-	216.489	5.652	-	298.486	298.486
<b>B</b>	-	13.785	-	-	1.384	1.490	-	16	9.429	-	26.104	33.857
<b>C</b>	-	1.118	498	-	-	-	-	20.764	3.037	-	25.417	22.820
<b>D</b>	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3	12
<b>E</b>	-	-	-	-	-	-	823	12	2.515	-	3.350	1.971
<b>F</b>	-	-	-	-	-	-	245	-	2.637	-	2.883	1.231
<b>G</b>	-	-	-	-	-	-	1	-	3	2.159	2.163	29
<b>Percentagem 2012</b>	<b>76.345</b>	<b>14.902</b>	<b>498</b>	<b>-</b>	<b>1.384</b>	<b>1.490</b>	<b>1.069</b>	<b>237.284</b>	<b>23.274</b>	<b>2.159</b>	<b>358.405</b>	<b>358.405</b>
<b>A</b>	25,58%	-	-	-	-	-	-	72,53%	1,89%	-	100%	298.486
<b>B</b>	-	52,81%	-	-	5,30%	5,71%	-	0,06%	36,12%	-	100%	33.857
<b>C</b>	-	4,40%	1,96%	-	-	-	-	81,69%	11,95%	-	100%	22.820
<b>D</b>	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	0,00%	-	100%	12
<b>E</b>	-	-	-	-	-	-	24,56%	0,35%	75,09%	-	100%	1.971
<b>F</b>	-	-	-	-	-	-	8,51%	0,00%	91,49%	-	100%	1.231
<b>G</b>	-	-	-	-	-	-	0,04%	0,00%	0,15%	99,81%	100%	29
	<b>21,30%</b>	<b>4,16%</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,42%</b>	<b>0,30%</b>	<b>66,21%</b>	<b>6,49%</b>		<b>100,00%</b>	<b>358.405</b>

Tal como se pode observar, 73% do total dos créditos em balanço a 31.12.2012 foi liquidado. De referir que cerca de 1.1% dos créditos transitaram para níveis de risco mais graves e que cerca de 0.6% foram abatidos ao activo.

Mantidos no Nível			Transitaram para outros níveis			Total
Em dívida	Amortizações	Liquidações	Mais Gravosos	Menos Gravosos	Abatidos ao Activo	
21,20%	6,49%	66,21%	1,10%	4,40%	0,60%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 2012, a distribuição dos créditos por antiguidade de atraso apresenta o seguinte detalhe:

Classe de risco	2013				2012			
	Sem atraso	Com atraso igual ou inferior a 60 dias	Com atraso superior a 60 dias	Total	Sem atraso	Com atraso igual ou inferior a 60 dias	Com atraso superior a 60 dias	Total
<b>A</b>	686.982	-	-	686.982	298.486	-	-	298.486
<b>B</b>	144.082	2.862	-	146.945	29.957	3.900	-	33.857
<b>C</b>	32.732	4.207	-	36.939	37.739	998	452	39.189
<b>D</b>	1	-	-	1	-	3	9	12
<b>E</b>	10	-	1.384	1.393	-	-	4.837	4.837
<b>F</b>	14	-	2.569	2.583	-	-	1.231	1.231
<b>G</b>	68	-	14.085	14.153	-	2	27	29
	<b>863.890</b>	<b>7.069</b>	<b>18.037</b>	<b>888.996</b>	<b>366.181</b>	<b>4.904</b>	<b>6.555</b>	<b>377.640</b>
	<b>97,18%</b>	<b>0,80%</b>	<b>2,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>96,97%</b>	<b>1,30%</b>	<b>1,74%</b>	<b>100,00%</b>

De notar a melhoria que se fez sentir relativamente ao crédito sem incumprimento, passando de 96,97% para 97,18%, em 2013.

No exercício de 2013, o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo no montante de 2.159 m. AKZ, não tendo sido recuperado até à data nenhum valor referente a capital ou juro.

O movimento ocorrido nas provisões para créditos de cobrança duvidosa apresenta o seguinte detalhe:

2012	Dotações	2013
2.856	472	3.328

A provisão para crédito a 31 de Dezembro de 2013, determinada com base no Aviso n.º 4/2012, de 8 de Junho, representa cerca de 0,37% do valor global do crédito e juros vencidos e é de cerca de 3.238 m. AKZ.

## 7. Outros Valores

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Outros Valores	31.12.2013	31.12.2012
Outros valores de natureza cível	156.667	177.709
Outros valores de natureza administrativa e comercial	50.415	34.554
	<b>207.082</b>	<b>212.263</b>

O saldo referente a Outros Valores de natureza cível inclui maioritariamente o imposto diferido activo reconhecido no resultado de 31 de Dezembro de 2013:

	Resultado do Exercício	Imposto Industrial
2011	154.891	54.212
2012	158.291	55.402
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>		<b>109.614</b>

Este reconhecimento foi efectuado em consequência dos resultados negativos obtidos nos últimos três anos, tendo como expectativa que os próximos anos de actividade tenham resultados positivos.

## 8. Imobilizado

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>		
Edifícios	206.819	206.819
Equipamento básico	0	0
Equipamento de carga e transporte	2.352	0
Equipamento administrativo	40.208	34.955
Equipamento informático	0	0
Equipamento bancário	23.242	19.869
Equipamento de segurança	1.207	0
Imobilizado em curso	41.783	27.806
Outras imobilizações corpóreas	13.803	14.918
<b>Valor Bruto</b>	<b>329.414</b>	<b>304.366</b>
<b>Amortizações de Imobilizações Corpóreas</b>		
Edifícios	-4.826	-689
Equipamento básico	0	0
Equipamento de carga e transporte	-784	0
Equipamento administrativo	-8.121	-4.064
Equipamento informático	0	0
Equipamento bancário	-4.957	-2.811
Equipamento de segurança	-111	0
Imobilizado em curso	0	0
Outras imobilizações corpóreas	-4.601	-3.500
<b>Total Amortizações</b>	<b>-23.399</b>	<b>-11.064</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>306.015</b>	<b>293.302</b>

<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>		
Prop. Ind e outros dtos contratos	66.719	59.787
Despesas de constituição	129.936	129.936
Gastos de organização e expansão	11.477	11.477
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	8.411	8.411
<b>Valor Bruto</b>	<b>216.543</b>	<b>209.611</b>
<b>Amortizações de Imobilizações Incorpóreas</b>		
Prop. Ind e outros dtos contratos	-47.427	-27.361
Despesas de constituição	-126.653	-100.711
Gastos de organização e expansão	-9.433	-5.679
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0
Outras imobilizações incorpóreas	-8.041	-6.146
<b>Total Amortizações</b>	<b>-191.554</b>	<b>-139.896</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>24.989</b>	<b>69.715</b>
<b>Imobilizações Financeiras</b>		
Participações em Outras Sociedades - EMIS	41.569	49.299
<b>Total Imobilizado</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Amortizações	-214.953	-150.961
Imobilizações (Valor bruto)	587.525	563.276
Imobilizações (Valor Líquido)	372.572	412.316

No decorrer de 2012, foi realizado um investimento significativo na redundância dos sistemas com a implementação de um *data center* em Luanda. Com este projecto, o BCH passou a ter dois *sites*, Huambo e Luanda, permitindo desta forma a replicação de dados entre os dois, o que contribui para uma solução de *disaster recovery*.

O valor registado em imobilizado corpóreo e incorpóreo refere-se aos investimentos efectuados durante o período antes e após a abertura do Banco. As imobilizações incorpóreas correspondem aos custos de arranque do Banco, nomeadamente obras na agência sede, gastos com projectos e consultoria.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

O movimento acumulado do imobilizado a 31 de Dezembro 2013, expresso em milhares de kwanzas, encontra-se detalhado no Anexo A.

## 9. Depósitos de Clientes

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Depósitos de Clientes</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Depósitos à Ordem</b>		
Em Moeda Nacional	1.402.398	659.769
Em Moeda Estrangeira	373.413	247.760
<b>Total Depósitos à Ordem</b>	<b>1.775.811</b>	<b>907.529</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>		
Em Moeda Nacional	243.671	312.614
Em Moeda Estrangeira	487.849	552.035
<b>Total Depósitos a Prazo</b>	<b>731.521</b>	<b>864.648</b>
<b>Total de depósitos</b>	<b>2.507.332</b>	<b>1.772.177</b>

O total de depósitos de accionistas e seus familiares em primeiro grau de parentesco é de 320 691 m. AKZ.

A decomposição dos depósitos a prazo, de acordo com a respectiva maturidade e moeda, é a seguinte:

<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Em Moeda Nacional</b>		
De 0 a 3 meses	117.662	215.374
> 3 meses	126.009	100.239
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>243.671</b>	<b>315.614</b>
<b>Em Moeda Estrangeira</b>		
De 0 a 3 meses	417.596	109.426
> 3 meses	70.253	439.609
<b>Total Moeda Estrangeira</b>	<b>487.849</b>	<b>549.035</b>
<b>Total</b>	<b>731.521</b>	<b>864.649</b>

## 10. Outras Obrigações

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Outras Obrigações</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Outras obrigações de natureza fiscal	2.932	4.173
Outras obrigações de natureza cível	226.083	270.809
Outros valores de natureza administrativa e comercial	6.264	1.904
<b>Total</b>	<b>235.279</b>	<b>276.887</b>

O saldo de outras obrigações de natureza fiscal diz respeito aos impostos devidos ao Estado, nomeadamente o imposto do rendimento de trabalhos dos funcionários e o imposto das empreitadas referentes às prestações de serviço.

O saldo referente a outras obrigações de natureza cível diz respeito essencialmente a montantes devidos a credores pela prestação de serviços, conforme segue:

<b>Outras obrigações de natureza cível</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Accionista	33.334	24.500
Fornecedores - Construção	13.884	20.432
Fornecedores - Serviços especializados	5.076	28.373
Fornecedores - <i>Software</i>	66.085	62.560
Fornecedores - Telecomunicações	2.427	8.078
Fornecedores - Transporte	0	0
Fornecedores Diversos	105.277	126.867
<b>Total</b>	<b>226.083</b>	<b>270.809</b>

Por fim, os outros valores de natureza administrativa e comercial referem-se a montantes relacionados com o Pessoal.

## 11. Capital Social

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Capital</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Capital	1.500.000	1.368.410
Outras Reservas	14.795	14.795
Resultados Transitados	-290.040	-289.114
Resultado do Exercício	84.154	-901
<b>Total</b>	<b>1.308.909</b>	<b>1.093.189</b>

O capital social é de 1.500.000 m. AKZ, dividido e representado por 1.500.000 acções, emitidas ao par pelo valor nominal de 1.000 kwanzas cada uma, como se segue:

Accionistas	Valor nominal/acção (em kwanzas)	N.º de acções (em milhares)	Total (em milhares de kwanzas)	Participação
Natalino Lavrador	1.000	773	772.500	51,50%
Minoru Dondo	1.000	300	300.000	20,00%
António Mosquito	1.000	300	300.000	20,00%
Sebastião Lavrador	1.000	83	82.500	5,50%
Carlos Oliveira	1.000	45	45.000	3,00%
	<b>5.000</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500.000</b>	<b>100%</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 encontrava-se realizado o montante de 1.500.000 m. AKZ.

A rubrica de resultados transitados apresenta, a 31 de Dezembro de 2013, um saldo de 290.040 m. AKZ (face aos 289.114 m. AKZ em 2012).

O valor de outras reservas resulta de proveitos da aplicação do capital realizado em títulos do Banco Central antes da abertura operacional do Banco, sendo assim alocado à rubrica de capital, dado não se tratar de um proveito decorrente da actividade operacional do Banco.

Adicionalmente, é de referir que a variação dos fundos próprios se encontra divulgada no mesmo relatório sob o descritivo “Mapa de Mutações de Fundos Próprios”.

## 12. Margem Financeira

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Margem Financeira	31.12.2013	31.12.2012
Proveitos de Aplicações de Liquidez	27.147	2.649
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	7.602	20.676
Proveitos de Créditos	64.344	22.742
<b>Total Juros e Proveitos</b>	<b>99.093</b>	<b>46.068</b>
Juros de Depósitos	-32.048	-13.092
Custos de Captações para Liquidez	-33	-26
<b>Total Juros e Custos</b>	<b>-32.081</b>	<b>-13.118</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>67.012</b>	<b>32.950</b>
Resultados de Operações Cambiais	302.480	63.743
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	187.370	39.608
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	-	27
(-) Provisões p/ Crédito de Liq. Duvidosa e Prest. Garantias	-2.631	-826
<b>Resultado de Intermediação Financeira</b>	<b>554.230</b>	<b>135.503</b>

Os proveitos de títulos e valores mobiliários são resultantes das aplicações em títulos efectuadas ao longo do ano.

Os proveitos de crédito reflectem a remuneração respeitante ao total do crédito concedido e vencido, tal como os juros de mora suportados pelos clientes decorrentes do atraso na liquidação dos compromissos de crédito.

Os juros de depósitos (recursos de clientes) apresentam um crescimento resultante de uma maior capacidade de captação de recursos por parte do Banco.

O resultado da Prestação de Serviços Financeiros inclui valores relacionados com comissões para abertura de crédito, comissões para compensação electrónica, comissões para prestação de serviços a terceiros para compensação electrónica e comissões por outros serviços.

### 13. Custos com Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Custos com Pessoal</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Salário base pessoal	147.451	65.571
Remunerações adicionais	35.781	14.803
Encargos sobre Remunerações	9.714	7.066
Seguro acidentes de trabalho	2.697	2.226
Outras despesas	1.108	363
<b>Total</b>	<b>196.751</b>	<b>90.028</b>

De referir que o aumento que se fez sentir face ao ano homólogo está em linha com o crescimento do Banco, reflectindo o aumento de funcionários, de forma a dotá-lo de pessoal especializado.

A 31 de Dezembro de 2013, o Banco apresenta a seguinte estrutura funcional:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Administração	3	3
Direcção	2	3
Técnicos	17	11
Administrativos	7	7
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>24</b>

## 14. Fornecimentos de Serviços Terceiros

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Comunicações	15.909	16.635
Água e Energia	1.141	1.529
Transporte, Deslocação e Alojamento	4.999	2.821
Publicações, Publicidade e Propaganda	3.516	2.747
Segurança, Conservação e Reparação	20.707	11.243
Serviços Especializados	68.789	68.417
Seguros	164	47
Rendas e Alugueres	57.618	18.704
Materiais Diversos	7.669	6.137
Outros Fornecimentos de Terceiros	100	12.737
<b>Total</b>	<b>180.610</b>	<b>141.017</b>

O valor de serviços especializados representa os gastos com serviços de auditoria e consultoria incorridos ao longo do ano. A rubrica de rendas e alugueres inclui a especialização dos custos relativos ao arrendamento de espaços efectuados pelo BCH.

## 15. Encargos sobre o Resultado Corrente

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72.º da Lei n.º 18/92 de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência da Lei n.º 5/99 de 6 de Agosto, quando apresente resultados positivos.

Dado que nos últimos três exercícios o Banco tem apresentado resultados negativos, decorrente do seu início de actividade, a 31 de Dezembro de 2013 não houve lugar a pagamento de imposto corrente.

## 16. Outros Custos e Proveitos Operacionais

	31.12.2013	31.12.2012
Outros Custos e Proveitos Operacionais	16.027	8.191

O saldo de outros proveitos operacionais reflecte os cheques emitidos aos clientes ao longo do período decorrente do crescimento da actividade do Banco.

## 17. Extrapatrimoniais

A 31 de Dezembro existiam os seguintes saldos referentes a contas extrapatrimoniais:

Extrapatrimoniais	31.12.2013	31.12.2012
Garantias recebidas	848.691	371.787
Compromissos irrevogáveis	34.157	32.900
<b>Total</b>	<b>882.848</b>	<b>404.687</b>

## 18. Entidades Relacionadas

Entidade Relacionada	DO AOA	DO USD	DO Importação USD	DO EUR	DO Importação EUR	DO JPY	DO Importação JPY
Auto Zuid	123.949.755	208.401	0	51	0	1.347.097	7.067.225
Exacta Engenharia Lda	0	0	0	0	0	0	0
Consorcio Mayaca/Sol Mayor	635.664	2.630	49.843	367	172	0	0
Amosmid Lda	537.479	0	0	0	0	0	0
Sol Maior Emp. Part. Lda	0	0	0	0	0	0	0
Bobs Comércio geral Lda	0	0	0	0	0	0	0
Taiping Lda	0	0	0	0	0	0	0
Parige Lda	0	0	0	0	0	0	0
Esplanada Grill Lda	0	0	0	0	0	0	0
Bacatral, sociedade de transp. Lda	10.139.215	0	0	0	0	0	0
M'bakassy & Filhos	526.506	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>135.788.620</b>	<b>211.031</b>	<b>49.843</b>	<b>417</b>	<b>172</b>	<b>1.347.097</b>	<b>7.067.225</b>

## 19. Balanço por Moeda

A 31 de Dezembro, o Balanço por moeda apresenta a seguinte estrutura:

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
<b>ACTIVO</b>			
DISPONIBILIDADES	531.849	749.890	1.281.740
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ	1.307.054	0	1.307.054
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0	0	0
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	0	0	0
CRÉDITOS	887.198	2.003	889.201
OUTROS VALORES	93.920	3.548	97.468
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	109.614	0	109.614
INVENTÁRIOS COMERCIAL E INDUSTRIAL E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0	0	0
IMOBILIZAÇÕES	372.572	0	372.572
POSIÇÃO CAMBIAL	0	0	0
<b>Total Activo</b>			<b>4.057.647</b>
<b>PASSIVO</b>			
DEPÓSITOS	-1.648.512	-858.819	-2.507.332
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ	0	0	0
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	-6.128	0	-6.128
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-201.998	-33.281	-235.279
<b>Total Passivo</b>			<b>-2.748.738</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
CAPITAL SOCIAL	-2.265.249	0	-2.265.249
(-) CAPITAL A REALIZAR	765.249	0	765.249
RESERVAS E FUNDOS	-14.795	0	-14.795
RESULTADOS TRANSITADOS	288.754	1.285	290.040
RESULTADO OPERACIONAL	-78.807	0	-78.807
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-5.347	0	-5.347
POSIÇÃO CAMBIAL	0	0	0
<b>Total Capital Próprio</b>			<b>-1.308.909</b>
<b>Total Passivo + Cap. Próprio</b>			<b>-4.057.647</b>

## 20. Eventos Subsequentes

Em 31 de Março de 2014, foi realizado um aumento de capital no Banco no montante de 723.160 milhares de kwanzas. A estrutura accionista do Banco passa assim a ter a seguinte composição:

Accionistas	Valor nominal/acção (em kwanzas)	N.º de acções (em milhares)	Total a 31/12/13 (em milhares de kwanzas)	Realizado (em milhares de kwanzas)	Por realizar (em milhares de kwanzas)	Total a 31/03/14 (em milhares de kwanzas)	Participação
Natalino Lavrador	1.000	1.167	772.500	394.103	0	1.166.603	51,50%
Minoru Dondo	1.000	453	300.000	153.050	0	453.050	20,00%
António Mosquito	1.000	236	82.500	153.050	0	235.550	20,00%
Sebastião Lavrador	1.000	342	300.000	0	42.089	342.089	5,50%
Carlos Oliveira	1.000	68	45.000	22.957	0	67.957	3,00%
	<b>5.000</b>	<b>2.265</b>	<b>1.500.000</b>	<b>723.160</b>	<b>42.089</b>	<b>2.265.249</b>	<b>100%</b>

Após 31 de Dezembro de 2013, e à data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram outros factos relevantes, para além dos acima mencionados, que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do Banco.

## Anexo A | Mapa de Imobilizado

Descrição	Saldo inicial	Adições em	Transf. em	Abates em	Imobilizado	Amortizações	Imobilizado
	31.12.2012	2013	2013	2013	bruto		líquido
					31.12.2013		31.12.2013
<b>Imobilizações Financeiras</b>							
Participações em Outras Sociedades - EMIS	49.299	1.449	0	9.180	41.569	0	41.569
<b>Total Imobilizações Financeiras</b>	<b>49.299</b>	<b>1.449</b>	<b>0</b>	<b>9.180</b>	<b>41.569</b>	<b>0</b>	<b>41.569</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>							
Edifícios	206.819	0	0	0	206.819	-4.826	201.994
Equipamento básico	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento de carga e transporte	0	2.352	0	0	2.352	-784	1.568
Equipamento administrativo	34.955	4.138	1.116	0	40.208	-8.121	32.087
Equipamento informático	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento bancário	19.869	3.373	0	0	23.242	-4.957	18.285
Equipamento de segurança	0	1.207	0	0	1.207	-111	1.096
Imobilizado em curso	27.806	13.978	0	0	41.783	0	41.783
Outras imobilizações corpóreas	14.918	0	-1.116	0	13.803	-4.601	9.202
<b>Total Imobilizações Corpóreas</b>	<b>304.366</b>	<b>25.048</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>329.414</b>	<b>-23.399</b>	<b>306.015</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>							
Prop. Ind e outros dtos contratos	59.787	6.932	0	0	66.719	-47.427	19.292
Despesas de constituição	129.936	0	0	0	129.936	-126.653	3.283
Gastos de organização e expansão	11.477	0	0	0	11.477	-9.433	2.044
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações incorpóreas	8.411	0	0	0	8.411	-8.041	369
<b>Total Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>209.611</b>	<b>6.932</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>216.543</b>	<b>-191.554</b>	<b>24.989</b>
<b>Totais</b>	<b>563.276</b>	<b>33.429</b>	<b>0</b>	<b>9.180</b>	<b>587.525</b>	<b>-214.953</b>	<b>372.572</b>



## **Relatório do Auditor Externo**



## ***Relatório do Auditor Independente***

Aos accionistas do  
Banco Comercial do Huambo, S.A

### ***Relatório sobre as Demonstrações Financeiras***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Huambo, S.A. que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidência um total de 4.057.647 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.308.909 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido positivo de 84.154 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

### ***Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras***

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### ***Responsabilidades do Auditor***

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

*PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada*  
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, n.º 3, 1º andar - sala 137, Luanda- República de Angola  
T: +244 222 311 166, F: +244 222 311 213, [www.pwc.com/ao](http://www.pwc.com/ao)

---

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Comercial do Huambo, S.A., em 31 de Dezembro de 2013 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda

*Ricardo Santos*

Ricardo Santos  
Partner

Luanda, 14 de Abril de 2014



## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do  
**BANCO COMERCIAL DO HUAMBO, S. A.**  
Luanda

Em conformidade com as disposições legais em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do **BANCO COMERCIAL DO HUAMBO, S. A.** (adiante designado por Banco), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração. O Balanço evidencia um total de 4.057.647 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.308.909 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido positivo de 84.154 milhares de Kwanzas.

Ao longo do exercício, acompanhámos regularmente a actividade do Banco, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos Estatutos da sociedade.

A Administração e os Serviços do Banco prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a actividade do Banco durante o exercício de 2013 e concordamos inteiramente com a Proposta de aplicação de resultados feita pelo Conselho de Administração.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de alterações nos fundos próprios e a Demonstração dos Fluxos de caixa e os respectivos Anexos satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam correctamente a situação financeira do Banco, tal como consta igualmente no Relatório do Auditor Externo e Independente, com os quais concordamos.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas correspondem à correcta avaliação do património social.

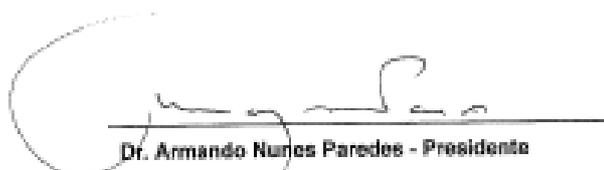
Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização do Banco.

Posto o que o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados feita pelo Conselho de Administração estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral dos Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Luanda, 14 de Abril de 2014

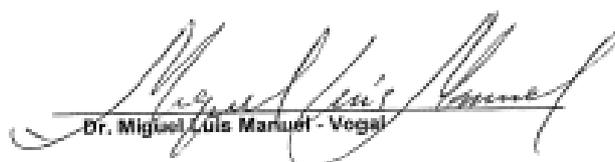
#### O CONSELHO FISCAL



Dr. Armando Nunes Paredes - Presidente



Dr. Mário Castelo Branco - Vogal



Dr. Miguel Luís Manuel - Vogal

2